

Marcelo José Magalhães Bonício

Professor de graduação e de pós-graduação da USP. Mestre e doutor pela USP. Pós-doutor pela Universidade de Lisboa. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual. Procurador do Estado de São Paulo.

# Princípios do **PROCESSO** no novo **CÓDIGO DE** **PROCESSO** **CIVIL**

2016



**Editora  
Saraiva**

*A biblioteca do  
Superior Tribunal de Justiça  
com a honra de  
Autor  
12.6.16*



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César – São Paulo – SP  
 CEP 05413-909  
 PABX: (11) 3613 3000  
 SAC: 0800 011 7875  
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30  
[www.editorasaraiva.com.br/contato](http://www.editorasaraiva.com.br/contato)

**Direção editorial** Flávia Alves Bravin  
**Gerência editorial** Thais de Camargo Rodrigues  
**Assistência editorial** Daniel Pavani Naveira

**Coordenação geral** Clarissa Boraschi Maria  
**Preparação de originais** Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e  
 Ana Cristina Garcia (coords.)

**Arte e diagramação** Claudirene de Moura Santos  
 Mônica Landi

**Revisão de provas** Cecília Deus  
 Ivani Aparecida Martins Cazarim  
 Willians Calazans de Vasconcelos de Melo

**Serviços editoriais** Elaine Cristina da Silva  
 Kelli Priscila Pinto  
 Tatiana dos Santos Romão

**Capa** Tiago Dela Rosa

**Produção gráfica** Marti Rampim  
**Impressão** Corprint Gráfica e Editora Ltda.  
**Acabamento** Corprint Gráfica e Editora Ltda.

ISBN 978-85-02-63605-7

Bonicio, Marcelo José Magalhães  
 Princípios do processo no novo Código de Processo  
 Civil / Marcelo José Magalhães Bonicio. São Paulo :  
 Saraiva, 2016.

Bibliografia.

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Bonicio,  
 Marcelo José Magalhães.

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

- |  |           |
|--|-----------|
| 1. Brasil : Direito processual civil : | 347.9(81) |
| 2. Brasil : Processo civil :           | 347.9(81) |

**Data de fechamento da edição: 15-3-2016**

Dúvidas?

Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida  
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da  
 Editora Saraiva.  
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na  
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

027.011.001.001

# SUMÁRIO

<b>Prefácio</b> .....	11
<b>Palavras ao leitor</b> .....	15
<b>1 As premissas do presente estudo</b>	
1.1 Notas sobre a função de um princípio (processual ou não) .....	21
1.2 Breves comentários sobre os chamados “princípios informativos” ...	25
1.3 A importância das distinções entre regras e princípios para os objetivos do presente estudo .....	26
<b>2 Os princípios eleitos pelo novo CPC</b>	
2.1 Proporcionalidade e razoabilidade .....	30
2.2 Legalidade, publicidade e eficiência no novo CPC .....	38
2.3 A mediação no novo CPC .....	40
2.3.1 Breve análise dos princípios relacionados à mediação .....	41
2.3.1.1 A independência e a imparcialidade do mediador ...	42
2.3.1.2 Segue: autonomia da vontade.....	43
2.3.1.3 Segue: confidencialidade .....	44
2.3.1.4 Segue: oralidade e informalidade .....	46
2.3.1.5 Segue: decisão informada.....	46
2.3.1.6 Segue: igualdade e procedimento de escolha dos mediadores e dos conciliadores .....	47
2.4 Outros princípios expressamente previstos no novo CPC.....	49
2.4.1 Segue: boa-fé e interpretação do pedido .....	49
2.4.2 Segue: boa-fé e interpretação da sentença .....	54
2.4.3 Os princípios relacionados aos precedentes judiciais.....	58
2.4.4 O princípio da duração razoável do processo e o instituto da oposição.....	63
<b>3 Os princípios constitucionais e o novo CPC</b>	
3.1 Segue: devido processo legal.....	67

3.2	Segue: contraditório.....	76
3.2.1	A nova face do contraditório e as regras de “colaboração das partes” .....	80
3.2.2	Contraditório e matérias que o juiz pode conhecer de ofício .....	88
3.2.2.1	Segue: prequestionamento da matéria de ordem pública .....	90
3.2.2.2	Segue: <i>iura novit curia</i> : a possibilidade do juiz adotar fundamento jurídico diverso daqueles sustentados pelas partes.....	92
3.2.3	Segue: o início dos prazos no novo CPC .....	94
3.2.4	Segue: aspectos do chamado “contraditório diferido” .....	97
3.2.5	Segue: alteração do pedido e da causa de pedir .....	101
3.2.6	Segue: execução civil.....	102
3.2.6.1	Segue: incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	103
3.2.7	Segue: embargos de declaração .....	105
3.2.8	Segue: a inconstitucional “proibição de falar nos autos” .....	106
3.2.9	Segue: coisa julgada .....	108
3.2.9.1	Segue: coisa julgada em relação a terceiros.....	111
3.2.10	Segue: hipóteses de julgamento imediato do pedido .....	114
3.2.11	Segue: intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	117
3.2.12	Segue: litisconsórcio unitário .....	119
3.3	Segue: ampla defesa.....	125
3.3.1	Segue: ampla defesa e o princípio da eventualidade.....	126
3.4	A garantia da inafastabilidade do controle jurisdicional .....	127
3.4.1	Segue: arbitragem.....	130
3.4.2	Segue: decisões do CADE, da Justiça Desportiva e do Tribunal de Contas.....	131
3.4.3	Segue: o chamado “novo enfoque” da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	132
3.4.4	Segue: tutela de urgência ou da evidência .....	134
3.5	Segue: acesso à justiça.....	137
3.6	Segue: igualdade das partes .....	140

3.6.1	Segue: prazos processuais.....	141
3.6.2	Segue: reexame necessário.....	143
3.7	Segue: princípio da publicidade .....	145
3.7.1	Segue: algumas hipóteses de ampliação da garantia da publicidade .....	148
3.8	Segue: motivação da sentença .....	150
3.8.1	Segue: motivação e coisa julgada .....	157
3.9	Segue: provas ilícitas .....	158
3.10	Segue: duplo grau de jurisdição .....	161
3.11	Segue: duração razoável do processo.....	168
3.12	Segue: princípios relacionados à jurisdição.....	174
3.12.1	Segue: imparcialidade do juiz.....	176
3.12.1.1	Segue: produção de provas de ofício pelo juiz .....	179

#### **4 Os princípios infraconstitucionais do processo e o novo CPC**

4.1	Segue: dispositivo.....	184
4.1.1	Segue: impulso oficial .....	186
4.1.2	Segue: poderes instrutórios do juiz .....	187
4.1.2.1	Segue: verdade real, verdade formal e colaboração .....	188
4.2	Segue: estabilização da demanda .....	189
4.2.1	Segue: teoria da substanciação.....	192
4.2.2	Segue: fato superveniente .....	193
4.3	Segue: livre convencimento – motivado – do juiz .....	194
4.3.1	Segue: prova emprestada .....	196
4.3.2	Segue: aquisição da prova .....	198
4.4	Segue: lealdade processual.....	199
4.5	Segue: oralidade.....	201
4.5.1	Segue: subprincípios da oralidade .....	203
4.5.1.1	Identidade física do juiz.....	205
4.6	Segue: eventualidade (concentração da defesa) .....	206
4.6.1	Segue: outros aspectos da eventualidade .....	208
4.7	Segue: instrumentalidade das formas .....	209

4.7.1 Segue: economia processual.....	210
4.8 Segue: irretroatividade da lei processual.....	212
4.9 Segue: adequação e adaptabilidade do procedimento .....	213
4.10 Segue: princípios relacionados à sentença .....	216
4.10.1 Segue: correlação da sentença com o pedido .....	217
4.10.2 Segue: unidade da sentença .....	220
4.11 Segue: princípios relacionados aos recursos.....	222
4.11.1 Segue: unirrrecorribilidade .....	223
4.11.2 Segue: proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	224
4.11.3 Segue: taxatividade .....	226
4.11.4 Segue: fungibilidade dos recursos .....	226
4.11.5 Segue: colegialidade .....	228
4.12 Segue: princípios da execução .....	230
4.13 Segue: processo coletivo .....	231
4.14 Segue: arbitragem .....	233
<b>Considerações finais</b> .....	<b>237</b>
<b>Referências</b> .....	<b>241</b>